

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Dezembro/2016



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos e formação de Cadastro Reserva

Técnico Judiciário Área Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'L12', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

S.P.Q.P.
Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A civilização estuda o passado para encarar de frente o futuro.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Dissertativa-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Leia o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 5.

Com a literatura de cordel como aliada, o clichê de “mudar o mundo” não soa tão inalcançável. Os folhetos de cordel são baratos, acessíveis e extremamente fáceis de transportar e de compartilhar com outras pessoas. Melhor ainda: são ideais para a sala de aula. Entre rimas, estrofes e melodias, muitos assuntos pertinentes podem ser tratados e debatidos.

Nos últimos quatro anos, desde que comecei a publicar os meus cordéis, recebi centenas de mensagens com depoimentos de educadores que compram meus folhetos e utilizam minhas rimas para falar sobre questões raciais, de gênero, de diversidade sexual e história. Com a série *Heroínas Negras na História do Brasil*, séculos de esquecimento começam a ser rompidos e muita gente escuta falar, pela primeira vez, sobre as mulheres negras que foram líderes quilombolas e guerreiras na luta contra a escravidão.

Pelo cordel, nomes como Tereza de Benguela, Dandara dos Palmares, Zacimba Gaba e Mariana Crioula protagonizam discussões acaloradas sobre racismo e machismo; até mesmo uma aula de português pode ser a oportunidade perfeita para colocar essas questões em pauta.

Esse tipo de cordel com proposta social é chamado de Cordel Engajado e pode trazer política, defesa de causas e críticas sociais para a literatura de uma maneira profundamente envolvente. Afinal, a literatura de cordel é excelente para a transformação da sociedade em uma realidade onde exista mais equidade e respeito pela diversidade.

Esse respeito, aliás, pode começar pela própria valorização do cordel, algo que só deve acontecer quando todos os empecilhos preconceituosos forem tirados do caminho. Ainda há muito a se caminhar, sobretudo com o alarme do tempo piscando e gritando que um dia, infelizmente, o cordel pode virar artigo de museu.

(Adaptado de: ARRAES, Jarid. “A literatura de cordel...”, **Blooks**. Rio de Janeiro: Ginga Edições, 2016, p. 12-13)

1. De acordo com o texto,
 - (A) o preconceito relacionado à literatura de cordel deve-se sobremaneira às histórias com protagonistas ligados a temas como diversidade sexual, racial e questões de gênero.
 - (B) o cordel, por ser barato e de fácil difusão, pode ser usado como um instrumento de educação para um mundo mais igualitário, a começar pelo modo como ele próprio é visto pela sociedade.
 - (C) o cordel presta-se aos mais variados fins ideológicos, por ser um suporte barato para ideias facilmente aceitáveis pelas minorias políticas, como mulheres e negros.
 - (D) o cordel vem se tornando um objeto de museu, seja por ser um símbolo da cultura oral da população do Nordeste, seja pelo caráter edificante de suas histórias.
 - (E) por mais que o cordel possa ser usado em aulas de língua portuguesa, não é este seu uso primordial, uma vez que se caracteriza por uma linguagem nem sempre recomendável.

2. Com a literatura de cordel como aliada, o clichê de “mudar o mundo” não soa tão inalcançável. Os folhetos de cordel são baratos, acessíveis e extremamente fáceis de transportar e de compartilhar com outras pessoas. (1º parágrafo)

Mantendo-se a correção e a lógica, e fazendo-se as alterações necessárias na pontuação entre minúsculas e maiúsculas, as frases acima podem ser articuladas em um único período mediante o uso de, após “inalcançável”:

- (A) uma vez que
- (B) conquanto
- (C) de maneira que
- (D) a tal ponto que
- (E) caso

3. Leia as afirmações abaixo a respeito da pontuação do 2º parágrafo.

- I. A vírgula imediatamente após “anos” tem por função separar dois segmentos de função sintática semelhante no período.
- II. A vírgula imediatamente após “cordéis” justifica-se pelo fato de que todo o trecho anterior a ela, de caráter adverbial, antecede a oração principal.
- III. Imediatamente após o termo “rompidos” pode-se acrescentar uma vírgula, uma vez que separaria orações de sujeitos diferentes.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I, apenas.
- (E) III, apenas.



4. Mantendo-se o sentido, nos segmentos abaixo, o termo sublinhado que pode ser substituído por “a fim de” encontra-se em:
- (A) *Melhor ainda: são ideais para a sala de aula.* (1º parágrafo)
 - (B) *... a literatura de cordel é excelente para a transformação da sociedade...* (4º parágrafo)
 - (C) *... e pode trazer política, defesa de causas e críticas sociais para a literatura de uma maneira profundamente envolvente.* (4º parágrafo)
 - (D) *... pode ser a oportunidade perfeita para colocar essas questões em pauta.* (3º parágrafo)
 - (E) *... e utilizam minhas rimas para falar sobre questões raciais...* (2º parágrafo)

5. *... uma realidade onde exista mais equidade e respeito pela diversidade.* (4º parágrafo).

A respeito do verbo sublinhado acima, afirma-se corretamente:

- (A) O modo imperativo enfatiza o desejo do autor por uma cidade mais igualitária.
- (B) Pode ser substituído pelo verbo “haver”, tanto no singular como no plural.
- (C) O modo subjuntivo reforça o caráter exortativo da recomendação.
- (D) Pode ser substituído pela forma “existam”, sem prejuízo para a correção.
- (E) O modo indicativo assinala a possibilidade de uma nova realidade.

Atenção: Leia o texto abaixo para responder às questões de números 6 a 9.

O conceito de infância, como o conhecemos, consolidou-se no Ocidente a partir do século XVIII. Até o século XVI, pelo menos, assim que conseguissem se virar sem as mães ou as amas, as crianças eram integradas ao mundo dos adultos. A infância, como idade da brincadeira e da formação escolar, ao mesmo tempo com direito à proteção dos pais e depois à do Estado, é algo relativamente novo.

A infância não é um conceito determinado apenas pela biologia. Como tudo, é também um fenômeno histórico implicado nas transformações econômicas e sociais do mundo, em permanente mudança e construção.

Hoje há algo novo nesse cenário. Vivemos a era dos adultos infantilizados. Não é por acaso que proliferaram os coaches. Coach, em inglês, significa treinador. Originalmente, treinador de esportistas. Nesse conceito importado dos Estados Unidos, país que transformou a infância numa bilionária indústria de consumo, a ideia é a de que, embora estejamos na idade adulta, não sabemos lidar com a vida sozinhos. Precisamos de um treinador que nos ajude a comer, conseguir amigos e emprego, lidar com conflitos matrimoniais e profissionais, arrumar as finanças e até mesmo organizar os armários. Uma espécie de infância permanente do indivíduo.

Os adultos infantilizados desse início de milênio encarnam a geração do “eu mereço”. Alcançar sonhos, ideais ou mesmo objetivos parece ser compreendido como uma consequência natural do próprio existir, de preferência imediata. Quando essa crença fracassa, é hora de buscar o treinador de felicidade, o treinador de saúde. É estarrecedor verificar como as gerações que estão aí parecem não perceber que dá trabalho conquistar o que se deseja. E, mesmo que se esforcem muito, haverá sempre o que não foi possível alcançar.

(Adaptado de: BRUM, ELIANE. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca>)

6. Atente para as afirmações abaixo.
- I. No texto, assinala-se a infantilização dos adultos de hoje que, de um lado, precisam de ajuda para resolver diversos tipos de conflito e, de outro, creem que atingirão suas metas sem maiores esforços.
 - II. As mudanças históricas ocorridas no conceito de infância fizeram com que esta passasse de uma fase de brincadeiras criativas e formação educacional a um período de consumo extremo, amplamente explorado pelo mercado.
 - III. A tendência atual de buscar “treinadores” que interferem em diversas áreas da vida, seja solucionando conflitos pessoais ou promovendo atitudes positivas no trabalho, é reflexo do aumento da competitividade, que faz com que os indivíduos tenham que se esforçar ao máximo para atingir suas metas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) III.



7. Precisamos de um treinador que nos ajude a comer...

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o sublinhado acima está também sublinhado em:

- (A) ... assim que conseguissem se virar sem as mães ou as avós...
 (B) Não é por acaso que proliferaram os coaches.
 (C) ... país que transformou a infância numa bilionária indústria de consumo...
 (D) E, mesmo que se esforcem muito...
 (E) Hoje há algo novo nesse cenário.

8. Identifica-se noção de concessão no segmento que se encontra em:

- (A) Quando essa crença fracassa... (último parágrafo)
 (B) ... assim que conseguissem se virar sem as mães ou as avós... (1º parágrafo)
 (C) ... a partir do século XVIII. (1º parágrafo)
 (D) ... em permanente mudança e construção. (2º parágrafo)
 (E) ... embora estejamos na idade adulta... 3º parágrafo

9. Afirma-se corretamente:

- (A) No segmento *O conceito de infância, como o conhecemos, consolidou-se no Ocidente* (1º parágrafo), o elemento sublinhado refere-se a "Ocidente".
 (B) No segmento *com direito à proteção dos pais e depois à do Estado* (1º parágrafo), o sinal indicativo de crase que antecede o termo "do" é facultativo e pode ser suprimido.
 (C) O elemento sublinhado em *é também um fenômeno histórico implicado nas transformações econômicas e sociais do mundo* (2º parágrafo) pode ser corretamente substituído por: "compelido".
 (D) Mantendo-se a correção e o sentido, o segmento sublinhado em *país que transformou a infância numa bilionária indústria de consumo* (3º parágrafo) pode ser substituído por: "cuja a infância foi transformada".
 (E) Fazendo-se as devidas alterações entre minúsculas e maiúsculas, as frases *Hoje há algo novo nesse cenário / Vivemos a era dos adultos infantilizados* (3º parágrafo) podem ser articuladas em um único período com o uso do sinal de dois-pontos.

10. Está correta a redação que se encontra em:

- (A) Segundo pesquisadores, como nem todas as crianças vivem a infância propriamente dita, devido as suas condições econômicas, sociais e culturais, as particularidades da infância não são reconhecidas por todas as crianças.
 (B) A visão que os adultos atualmente tem da criança foi historicamente construído ao longo das transformações sócias e históricas.
 (C) No passado, nem sempre as questões relacionadas à criança fazia com que esta fosse vista, pela sociedade, como um ser que necessita de atenção diferenciada e proteção do Estado.
 (D) Surge, no início do século XVII, juntamente com o desenvolvimento de noções inovadoras sobre o comportamento infantil, um novo tipo de literatura pedagógica destinada aos pais e educadores.
 (E) O desenvolvimento de sentimentos específicos em relação a infância tornaram-se mais significativos durante o século XVII, quando começa a mudar certos costumes começam a mudar.

Noções de Informática

11. Considere a planilha abaixo, criada no Microsoft Excel 2007 em português.

	A	B	C	D
1	Matrícula	Cargo	Nome	Salário
2	12901	Analista	Ana Maria	R\$ 5.000,00
3	12900	Assistente	João Paulo	R\$ 3.900,00
4	12905	Assistente	Marcela Moreira	R\$ 3.900,00
5	12904	Juiz	Marcos Figueira	R\$ 18.000,00
6	12903	Perito	Fernando Andrade	R\$ 7.300,00
7	12902	Técnico	Marcos Paulo	R\$ 3.500,00
8				
9	R\$ 23.400,00			

Na célula A9 foi utilizada uma fórmula que, a partir de uma busca no intervalo de células de A2 até D7, retorna o salário do funcionário com matrícula 12904 e calcula um aumento de 30% sobre este salário. A fórmula utilizada foi

- (A) =PROCV(12904;A2:D7;4;FALSO)*1,3
 (B) =D5+D5*30/100
 (C) =PROCV(12904;A2:D7;4;FALSO)*30%
 (D) =PROCH(12904;A2:D7;4;FALSO)+30%
 (E) =LOCALIZE(A2:D7;12904;4)*1,3



12. Uma das funções da lógica de programação é definir os passos para se resolver problemas do mundo real através de programas de computador criados nas linguagens de programação. Considere, nesse contexto, a estrutura de passos em pseudolinguagem abaixo.

```
var salary: real
início
  leia(salary)
  se(salary<1000)
    então salary ← salary + 100
  senão se (salary<2000)
    então salary ← salary + 200
  senão se (salary<3000){
    então salary ← salary + 300
    senão se (salary<4000){
      então salary ← salary + 400
      senão salary ← salary + 1000
    }
  }
  fim_se
  fim_se
  fim_se
  fim_se
  exiba(salary)
fim
```

Se for informado o valor 4000 para a variável *salary* será exibido o valor

- (A) 4400
(B) 4300
(C) 5000
(D) 4200
(E) 9000
-
13. Um Técnico precisa enviar 80 arquivos que estão na pasta *relatórios* de um computador com Windows 7 Professional em português, pelo *webmail*. Antes de compactar o conteúdo da pasta, para verificar o tamanho em disco ocupado pelos arquivos, o Técnico deve clicar
- (A) no menu *Propriedades* e selecionar a opção *Tamanho*.
(B) com o botão direito do *mouse* sobre o nome da pasta e selecionar a opção *Propriedades*.
(C) no menu *Arquivo* e na opção *Propriedades*.
(D) com o botão direito do *mouse* sobre o nome da pasta e selecionar a opção *Resumo*.
(E) no menu *Opções* e na opção *Propriedades*.
-
14. Em aplicativos do pacote Office 2007 para Windows, um Técnico deseja colocar senha em um arquivo para garantir confidencialidade. A senha deve ser informada
- (A) no momento de salvar o arquivo, em opção adequada de *Ferramentas*, na janela aberta a partir de *Salvar Como*.
(B) após concluir o arquivo, clicando-se no menu *Ferramentas*, em *Criptografia* e, em seguida, na opção *Segurança*.
(C) no momento da criação do arquivo, após se clicar no menu *Arquivo* e na opção *Novo*.
(D) após o arquivo ser concluído e salvo, utilizando os recursos do *Painel de Controle* do Windows.
(E) após concluir e salvar o arquivo, utilizando a ferramenta *Microsoft Security* integrada ao Office.
-
15. Um usuário está navegando na intranet da organização onde trabalha utilizando um computador com o Windows 7, quando ocorre um erro. Ao entrar em contato com o suporte técnico, foi solicitado a tirar um *print* da tela e enviar por *e-mail* para que o problema seja analisado e resolvido. Para tirar o *print* da tela, o usuário deve
- (A) pressionar *Ctrl + P* e, em seguida, selecionar a opção *Enviar por e-mail*.
(B) clicar no botão *Iniciar* e, em seguida, na opção *Print Screen* do menu *Acessórios*.
(C) pressionar a tecla *Print Screen*, que pode estar abreviada, dependendo do teclado.
(D) pressionar a tecla *Windows*, a opção *Tela* e, em seguida, a opção *Fotografar*.
(E) clicar no botão *Iniciar*, na opção *Acessórios* e, em seguida, na opção *Quadro Instantâneo*.



Raciocínio Lógico-Matemático

16. Juliana consegue arquivar 16 pastas de documentos em uma hora e vinte minutos. Mantendo esse mesmo padrão, em duas horas e quarenta e cinco minutos Juliana conseguirá arquivar um número de pastas de documentos igual a
- (A) 32.
(B) 40.
(C) 35.
(D) 38.
(E) 33.
-
17. Manoel e Dolores precisavam classificar um grande número de processos. Manoel começou antes do que Dolores e ao final do dia havia classificado $\frac{3}{8}$ do total de processos. Dolores trabalhou mais rápido do que Manoel e ao final do dia havia classificado $\frac{1}{3}$ de processos a mais do que aqueles que Manoel havia classificado. Após esse dia de trabalho de Manoel e Dolores, é correto afirmar que
- (A) ainda faltam $\frac{1}{4}$ dos processos para serem classificados.
(B) eles terminaram a tarefa.
(C) ainda faltam $\frac{1}{8}$ dos processos para serem classificados.
(D) eles classificaram $\frac{17}{24}$ dos processos.
(E) eles classificaram apenas metade dos processos.
-
18. Em um dia de atendimento externo, João atendeu 56 pessoas. No dia seguinte, João atendeu 25% a mais do número de pessoas que havia atendido no dia anterior. No terceiro dia, João novamente aumentou o número de atendimentos em 30% do número de atendimentos do dia anterior. O número de atendimentos realizados por João, nesses três dias, foi igual a
- (A) 195.
(B) 217.
(C) 161.
(D) 184.
(E) 111.
-
19. Considere que todo técnico sabe digitar. Alguns desses técnicos sabem atender ao público externo e outros desses técnicos não sabem atender ao público externo. A partir dessas afirmações é correto concluir que
- (A) os técnicos que sabem atender ao público externo não sabem digitar.
(B) os técnicos que não sabem atender ao público externo não sabem digitar.
(C) qualquer pessoa que sabe digitar também sabe atender ao público externo.
(D) os técnicos que não sabem atender ao público externo sabem digitar.
(E) os técnicos que sabem digitar não atendem ao público externo.
-
20. A sequência de números 1; 13; 1; 2; 13; 1; 2; 3; 13; 1; 2; . . . , foi criada com um padrão e possui vinte termos. A soma dos termos: $20^{\text{º}}$, $15^{\text{º}}$ e $13^{\text{º}}$ é um número
- (A) múltiplo de 5.
(B) múltiplo de 9.
(C) divisor de 2.
(D) múltiplo de 8.
(E) divisor de 6.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

21. O reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho
- (A) está previsto na Constituição Federal de forma implícita.
 - (B) não está previsto na Constituição Federal, expressa ou implicitamente.
 - (C) está previsto expressamente na Constituição Federal no capítulo dos direitos e deveres individuais e coletivos.
 - (D) está previsto expressamente na Constituição Federal no capítulo dos direitos sociais.
 - (E) está previsto expressamente na Constituição Federal no capítulo pertinente ao Supremo Tribunal Federal.
-
22. O Tribunal Superior do Trabalho é composto por Ministros sendo
- (A) um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício; e os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira.
 - (B) dois quintos dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício; e os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira.
 - (C) um terço dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício; e dois terços dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira.
 - (D) um terço dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional; um terço dentre membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício; e um terço dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira.
 - (E) todos juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, ante a vedação constituição expressa da participação de advogados e membros do Ministério Público em sua composição.
-
23. A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União,
- (A) de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
 - (B) indicado pelo Supremo Tribunal Federal dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada e nomeado pelo Presidente da República.
 - (C) de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
 - (D) indicado pelo Supremo Tribunal Federal dentre cidadãos maiores de trinta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada e nomeado pelo Presidente da República.
 - (E) nomeado pelo Presidente da República, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, após aprovação pelo Senado Federal de indicação do Supremo Tribunal Federal.
-
24. Considere a seguinte situação hipotética: Raquel, Regina e Henriqueta são irmãs. Regina está sendo acusada pela prática no ano de 2015 de crime de furto qualificado, encontrando-se foragida. A polícia local, suspeitando que as irmãs estão escondendo Regina, decide fazer uma busca minuciosa da acusada. Neste caso, observando-se que Raquel reside em um barco e que Henriqueta reside em um hotel, a busca de Regina
- (A) poderá ser feita tanto no barco, como no hotel, durante o dia ou à noite, desde que haja determinação judicial.
 - (B) poderá ser feita tanto no barco, como no hotel, em qualquer dia e em qualquer horário, uma vez que não são considerados domicílio e, sendo assim, não são invioláveis, fazendo-se necessária a determinação judicial.
 - (C) não poderá ser feita no hotel, uma vez que se trata de propriedade privada de terceiros, mas poderá ser feita no barco, desde que durante o dia e por determinação judicial.
 - (D) poderá ser feita tanto no barco, como no hotel, durante o dia ou à noite, independentemente de determinação judicial.
 - (E) poderá ser feita tanto no barco, como no hotel, desde que durante o dia e por determinação judicial.
-
25. Monica e Camila estão estudando para realizar a prova do concurso público para provimento do cargo de técnico judiciário área administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região. Ao estudarem a Constituição Federal, verificam que a competência para legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão é
- (A) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - (B) privativa da União.
 - (C) comum da União, dos Estados e do Distrito Federal, apenas.
 - (D) concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, apenas.
 - (E) concorrente entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.



26. Considere

- I. Ministro de Estado.
- II. Secretário Estadual.
- III. Vereador.
- IV. Prefeito.

De acordo com a Constituição Federal, serão remunerados, exclusivamente, por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedidas as normas constitucionais pertinentes, os cargos indicados em

- (A) II, III e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I e II, apenas.

27. Prevê a Constituição Federal que, nas ausências e impedimentos do Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o referido Conselho será presidido pelo

- (A) Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
- (B) Vice-Presidente da República.
- (C) Presidente do Congresso Nacional.
- (D) Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- (E) Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

28. A Constituição Federal veda ao membro do Ministério Público exercer

- (A) qualquer outra função pública, ainda quando estiver em disponibilidade, com exceção de exercer uma função de magistério.
- (B) qualquer outra função pública, ainda quando estiver em disponibilidade, sem qualquer exceção.
- (C) qualquer outra função pública, com exceção de exercer a função de defensor público quando estiver em disponibilidade.
- (D) algumas funções públicas predeterminadas taxativamente no texto constitucional.
- (E) qualquer outra função pública, exceto quando estiver em disponibilidade, sem qualquer exceção.

Noções de Direito Administrativo

29. Considere a seguinte situação hipotética: Emílio é Desembargador do Estado de Sergipe e foi processado por improbidade administrativa. Em síntese, o Ministério Público sustenta na petição inicial da ação que Emílio adquiriu ao longo de sua carreira bens cujos valores são desproporcionais à sua renda. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, dentre outros requisitos legais, para que reste caracterizado o ato ímprobo, é necessária

- (A) lesão ao erário.
- (B) conduta obrigatoriamente dolosa.
- (C) conduta culposa.
- (D) lesão ao erário e enriquecimento ilícito, cumulativamente.
- (E) conduta obrigatoriamente omissiva.

30. Aristides, servidor público do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, usufruiu de afastamento para estudar no exterior, tendo o mencionado período perdurado por quatro anos, ou seja, até 2014. Aristides pretende novo afastamento para estudo em Paris. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, além da autorização do Presidente

- (A) do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, deverá aguardar até 2017, ou seja, é necessário aguardar o transcurso de três anos para que tenha direito a nova ausência.
- (B) da República, não necessitará aguardar qualquer lapso temporal, pois já faz jus ao novo afastamento.
- (C) do Supremo Tribunal Federal, deverá aguardar até 2018, ou seja, é necessário aguardar o transcurso de quatro anos para que tenha direito a nova ausência.
- (D) do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, não necessitará aguardar qualquer lapso temporal, pois já faz jus ao novo afastamento.
- (E) do Supremo Tribunal Federal, deverá aguardar até 2017, ou seja, é necessário aguardar o transcurso de três anos para que tenha direito a nova ausência.



31. Considere:

- I. Aplicação retroativa de nova interpretação.
- II. Sigilo nos processos administrativos.
- III. Promoção pessoal de agentes ou autoridades.
- IV. Renúncia total de poderes ou competências.

Nos termos da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração pública federal, constitui vedação absoluta e que, portanto, não admite exceção, o que consta APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I e II.
- (C) I, II e III.
- (D) IV.
- (E) I e III.

32. O Estado de Sergipe celebrou contrato administrativo com empresa vencedora do certame para a construção de vultosa obra pública. No curso da execução contratual, constatou-se a necessidade de modificação do regime de execução da obra, em face da verificação técnica de inaplicabilidade dos termos contratuais originários. Nos termos da Lei nº 8.666/1993,

- (A) trata-se de típica hipótese de necessidade de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, independentemente do tipo de alteração contratual e da existência ou não de aumento de encargos à empresa contratada.
- (B) trata-se de hipótese típica de alteração unilateral do contrato por parte da Administração pública, não comportando outra modalidade de alteração contratual.
- (C) o contrato pode ser alterado unilateralmente pela empresa contratada.
- (D) o contrato pode ser alterado por acordo entre as partes.
- (E) o contrato não enseja alteração, tendo em vista que eventual necessidade de modificação do regime de execução já deve estar contemplada pelas cláusulas originais do contrato.

33. A empresa vencedora de determinada licitação, na modalidade pregão, ao longo da execução contratual, cometeu fraude fiscal. Em razão do ocorrido, ficará, dentre outras sanções, impedida de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até

- (A) 5 anos.
- (B) 10 anos.
- (C) 8 anos.
- (D) 7 anos.
- (E) 15 anos.

34. Sergio, servidor público federal e chefe de determinada repartição pública, demitiu Antônio sob o fundamento de que o mesmo havia cometido falta grave. Cumpre salientar que Antônio não era servidor concursado, mas sim ocupante de cargo em comissão. Transcorridos quinze dias após a demissão, descobriu-se que Antônio não havia praticado falta grave e que Sergio pretendia colocar um colega seu no cargo anteriormente ocupado por Antônio. Neste caso, é correto afirmar:

- (A) Por ser falso o motivo do ato administrativo, o ato de demissão é nulo.
- (B) O ato de demissão é válido, haja vista tratar-se de cargo demissível *ad nutum* e que, portanto, sequer exigia motivação.
- (C) Não incide a teoria dos motivos determinantes, haja vista que o vício é na forma e na finalidade do ato administrativo de demissão.
- (D) Aplica-se, na hipótese, a convalidação do ato administrativo; portanto, Antônio, injustamente demitido, poderá retornar ao seu cargo.
- (E) O ato é válido porque a finalidade pública foi mantida, sendo admissível a substituição de um servidor por outro, desde que o cargo seja adequadamente preenchido, de modo a não trazer prejuízo ao interesse público.

35. Luciana é técnica administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região há quinze anos, tendo, dentre outras atribuições, a de classificar e autuar os processos. Cumpre salientar que Luciana detém um histórico funcional exemplar, haja vista nunca ter sofrido qualquer penalidade administrativa. Em 2015, após resistência injustificada à autuação de determinados processos, retardando propositadamente os seus andamentos. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, a ação disciplinar quanto à infração praticada por Luciana prescreverá em

- (A) 5 anos.
- (B) 2 anos.
- (C) 180 dias.
- (D) 1 ano.
- (E) 90 dias.



36. Considere as seguintes assertivas concernentes ao poder disciplinar:
- I. A Administração pública, ao tomar conhecimento de infração praticada por servidor, deve instaurar o procedimento adequado para sua apuração.
 - II. A Administração pública pode levar em consideração, na aplicação da pena, a natureza e a gravidade da infração e os danos que dela provierem para o serviço público.
 - III. No procedimento administrativo destinado a apurar eventual infração praticada por servidor, devem ser assegurados o contraditório e a ampla defesa com os meios e recursos a ela inerentes.
 - IV. A falta grave é punível com a pena de suspensão e caberá à Administração pública enquadrar ou não um caso concreto em tal infração.

O poder disciplinar, em algumas circunstâncias, é considerado discricionário. Há discricionariedade APENAS nos itens

- (A) I e IV.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) III e IV.
- (E) II e IV.

37. A Prefeitura de determinado Município do Estado de Sergipe pretende vender bens móveis que lhe são inservíveis como, por exemplo, cadeiras, mesas e estantes, bens estes muito antigos e sem serventia à Administração municipal. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, a modalidade licitatória apropriada ao caso narrado é

- (A) concorrência.
- (B) leilão.
- (C) tomada de preços.
- (D) convite.
- (E) pregão.

Noções de Direito do Trabalho

38. Dentre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais inseridos no artigo 7º da Constituição Federal do Brasil de 1988, com objetivo de garantir e aprimorar a sua condição social, está
- (A) a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até sete anos de idade em creches e pré-escolas.
 - (B) o salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda, nos termos da lei.
 - (C) o repouso semanal remunerado, obrigatoriamente aos domingos, salvo determinação diversa ajustada em convenção coletiva de trabalho em razão da especificidade da atividade.
 - (D) a participação nos lucros, ou resultados, vinculada a remuneração e, obrigatoriamente, na gestão das empresas com mais de duzentos empregados.
 - (E) a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezesseis e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.

39. Considere:

- I. A obrigação de comprovar o término do contrato de trabalho quando negado o despedimento é do empregador.
- II. A descaracterização de um contrato de prestação de serviços de trabalhador sob sistema de cooperativa, desde que presentes os requisitos fático-jurídicos da relação empregatícia.
- III. As cláusulas regulamentares que alterem vantagens deferidas anteriormente, só atingirão os trabalhadores admitidos após a alteração do regulamento.

Os itens I, II e III correspondem, respectivamente, aos princípios do Direito do Trabalho:

- (A) continuidade da relação de emprego; irrenunciabilidade; razoabilidade.
- (B) razoabilidade; primazia da realidade; intangibilidade salarial.
- (C) continuidade da relação de emprego; primazia da realidade; condição mais benéfica.
- (D) primazia da realidade; condição mais benéfica; instrumentalidade das formas.
- (E) irrenunciabilidade; continuidade da relação de emprego; prevalência do negociado sobre o legislado.

40. Em relação à figura jurídica do empregado, conforme definição legal,

- (A) pode ser pessoa física ou jurídica, desde que preste seus serviços com natureza eventual, sob a subordinação jurídica do empregador e mediante remuneração.
- (B) é obrigatório que o empregado exerça seus serviços no estabelecimento do empregador para que possa ser verificado o requisito da subordinação.
- (C) um dos requisitos essenciais para caracterização da relação de emprego é a exclusividade na prestação dos serviços para determinado empregador.
- (D) o estagiário que recebe bolsa de estudos em dinheiro do contratante será considerado empregado.
- (E) o elemento fundamental que distingue o empregado em relação ao trabalhador autônomo é a subordinação jurídica.



41. Hera, com formação em enfermagem, prestou serviços de cuidadora e enfermeira particular para a idosa Isis em sua residência a partir de 01/10/2015. Comparecia na casa de Isis em dois plantões por semana de 12 horas cada um, das 10 às 22 horas, com uma hora de intervalo para refeições e descanso. Recebia, no início de cada jornada, diária o valor de R\$ 120,00 por plantão. O pagamento era feito por Apolo, filho de Isis que morava na mesma residência. Após um ano de prestação de serviços, Hera foi dispensada por Apolo, recebendo apenas pelo último dia de plantão. Insatisfeita com a situação, Hera ingressou com ação trabalhista em face de Isis. Neste caso, Hera será considerada
- (A) empregada urbana comum porque exerceu funções de enfermagem e tinha todos os requisitos legais previstos na CLT e na norma coletiva da categoria dos enfermeiros, não se enquadrando a hipótese de trabalho doméstico.
 - (B) empregada doméstica, com direito às horas extras além da oitava diária, férias com 1/3, 13º salário, aviso prévio e FGTS com multa rescisória de 40%.
 - (C) trabalhadora autônoma porque trabalhou para Isis, mas não recebeu pagamento desta pessoa, mas sim de seu filho que a contratou e remunerou.
 - (D) trabalhadora autônoma e eventual sem vínculo de emprego doméstico e sem direitos trabalhistas por ausência do requisito de continuidade previsto em lei específica.
 - (E) empregada doméstica, com direito apenas às férias com 1/3, 13º salário e aviso prévio, visto que o FGTS é facultativo e as horas extras não estão previstas para a categoria dos domésticos.
-
42. A empresa onde Orpheu trabalha pretende incrementar sua linha de produção, oferecendo a ele a participação em curso de qualificação profissional, com duração de quatro meses, conforme previsão contida em convenção coletiva de trabalho. Orpheu assinou documento concordando com a oferta de seu empregador. Nessa situação, preenchidos os requisitos legais previstos na Consolidação das Leis do Trabalho, o contrato de trabalho ficará
- (A) suspenso, não fazendo jus ao pagamento de salários durante o período de afastamento.
 - (B) interrompido, fazendo jus ao pagamento de salários durante o período de afastamento.
 - (C) suspenso, sem o pagamento de salários durante o período de afastamento, mas com uma ajuda de custo de 50% do valor do salário, conforme previsão legal.
 - (D) interrompido, tendo direito legal a ajuda compensatória mensal no valor das refeições, despesas com transporte e 50% do valor do salário durante o afastamento.
 - (E) rescindido, sem caracterizar suspensão ou interrupção e sem qualquer consequência de ordem financeira para as partes durante o afastamento, com novação do contrato a partir do retorno ao serviço normal.
-
43. A empresa Mito S/A contratou Perseu para trabalhar como auditor fiscal na filial do município de São Paulo. Decorridos oito meses, esta filial foi extinta e Perseu foi transferido para a matriz da empresa em Brasília, mesmo sem sua anuência. Nessa situação, a transferência será considerada
- (A) ilegal porque não houve anuência do empregado, sendo de plano rescindido o contrato de trabalho.
 - (B) lícita quando ocorrer a extinção do estabelecimento em que trabalha o empregado.
 - (C) regular porque não há previsão legal para esta situação, podendo assim ser exercido o poder diretivo do empregador com base no *jus variandi*.
 - (D) irregular porque a alteração das respectivas condições de trabalho só é possível por mútuo consentimento.
 - (E) legal desde que ocorra um pagamento suplementar, nunca inferior a 25% do salário do empregado.
-
44. São consideradas hipóteses de suspensão e interrupção do contrato de trabalho, respectivamente,
- (A) férias anuais remuneradas; descansos semanais remunerados.
 - (B) aviso prévio trabalhado; aposentadoria por invalidez.
 - (C) licença nojo de 2 dias por luto de familiar; dia de feriado religioso.
 - (D) aposentadoria por invalidez; doação voluntária de sangue por um dia durante o ano.
 - (E) férias coletivas; participação em curso ou programa de qualificação.
-
45. Medusa foi contratada como caixa do posto de combustíveis Abasteça S/A. O caixa fica localizado ao lado das bombas de abastecimento dos veículos, razão pela qual ela atua em atividade que implica risco acentuado por exposição permanente da trabalhadora a produtos inflamáveis e explosivos. Medusa ajuizou ação trabalhista postulando o pagamento de adicional, sendo verificadas as condições de risco por perícia judicial. Assim, conforme legislação aplicável, Medusa fará jus ao adicional de
- (A) penosidade, no valor de 10%, 20% ou 40% do salário mínimo regional, conforme classificação de risco mínimo, médio e máximo.
 - (B) periculosidade, no valor de 25% sobre o valor da hora normal para cada hora trabalhada com exposição ao risco.
 - (C) insalubridade, no importe de 30% sobre toda a sua remuneração, incluindo prêmios e gratificações.
 - (D) periculosidade, no valor de 30% sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.
 - (E) insalubridade, no importe de 10%, 20% ou 40% do salário mínimo nacional, conforme classificação de risco mínimo, médio e máximo.



46. Plutão, empregado da Construtora Piramidal Olímpica S/A, foi convocado e prestou o serviço militar compulsório. Nesse caso, sobre a suspensão do período aquisitivo de férias durante o período correspondente à prestação de serviço militar obrigatório, é correto afirmar:
- (A) Haverá suspensão, desde que ele retorne ao emprego nos 90 dias seguintes à cessação do serviço militar obrigatório.
 - (B) Haverá suspensão, desde que ele compareça ao estabelecimento no prazo de 60 dias, contados da data em que se verificar sua baixa.
 - (C) Não haverá suspensão, porque não há previsão legal para suspensão de período aquisitivo de férias, mas apenas de interrupção.
 - (D) A suspensão depende de haver previsão em norma coletiva da categoria, porque não há previsão legal para esta suspensão.
 - (E) Haverá suspensão, desde que ele se apresente dentro do período aquisitivo de gozo relativo ao período concessivo que se pretende a suspensão.
47. Athenas trabalhou por oito anos na empresa Netuno Produções como secretária. Em razão de crise econômica, o contrato foi extinto após o aviso prévio trabalhado até 10/10/2015, sem receber as verbas da rescisão contratual, incluindo diferenças de depósitos do FGTS com a multa rescisória de 40%. Nesse caso, o prazo prescricional para ajuizar reclamação trabalhista termina em 10 de outubro de
- (A) 2017, exceto quanto às diferenças de FGTS com 40%, cuja prescrição é trintenária.
 - (B) 2020 para todos os direitos trabalhistas.
 - (C) 2020, exceto quanto às diferenças de FGTS com 40%, cuja prescrição é decenal.
 - (D) 2018 para todos os direitos trabalhistas.
 - (E) 2017 para todos os direitos trabalhistas.

Noções de Direito Processual do Trabalho

48. Poseidon prestou concurso público e foi aprovado tomando posse como agente de fiscalização sanitária no combate ao “mosquito da dengue”, vinculado à Secretaria de Saúde do Estado de Sergipe, pelo regime jurídico estatutário. Decorridos dezoito meses de serviço, houve atraso no pagamento de salários e a inadimplência da verba denominada adicional de insalubridade. Inconformado com a situação, Poseidon pretende ajuizar ação cobrando seus direitos, sendo competente para processar e julgar a
- (A) Justiça Federal, porque embora o servidor seja estadual, a matéria envolve questão de natureza sanitária de repercussão nacional, relacionada à epidemia do “mosquito da dengue”.
 - (B) Justiça Comum Estadual, porque envolve todo servidor público estadual, independente do seu regime jurídico de contratação.
 - (C) Justiça do Trabalho, porque se trata de ação oriunda da relação de trabalho, abrangido ente de direito público da Administração pública direta estadual.
 - (D) Justiça do Trabalho, porque independente do ente envolvido, a matéria discutida relaciona-se com salários e adicional de insalubridade, portanto direitos de natureza trabalhista.
 - (E) Justiça Comum Estadual, porque a relação de trabalho prevista no artigo 114, I da CF, não abrange as causas entre o Poder Público e servidor regido por relação jurídica estatutária.
49. Conforme normas relativas à jurisdição e competência das Varas do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho:
- (A) A EC 45/2004 previu a obrigatoriedade da criação de apenas um Tribunal Regional do Trabalho em cada Estado membro da Federação, bem como no Distrito Federal.
 - (B) Os Tribunais Regionais do Trabalho serão compostos de juízes nomeados pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e serão compostos, no mínimo, de oito juízes recrutados, necessariamente, dentro da própria região.
 - (C) Os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso dos jurisdicionados à justiça em todas as fases do processo.
 - (D) Nas Varas do Trabalho, a jurisdição será, necessariamente, exercida por um juiz singular titular e outro substituto, além de um membro do Ministério Público do Trabalho que atuará junto à Vara.
 - (E) As ações entre trabalhadores portuários e os operadores portuários ou o Órgão Gestor de Mão de Obra – OGMO decorrentes da relação de trabalho são de competência originária dos Tribunais Regionais do Trabalho.
50. Pércles pretende ingressar com reclamação trabalhista para receber indenização por danos morais em face do Banco Horizonte S/A em razão da alegação de assédio moral. Conforme previsão legal contida na Consolidação das Leis do Trabalho, a ação deverá ser proposta na Vara do Trabalho do local
- (A) da sua contratação.
 - (B) do seu domicílio.
 - (C) da matriz do Banco empregador.
 - (D) da prestação dos serviços.
 - (E) escolhido pelas partes na celebração do contrato.



51. Na reclamatória movida por Hércules em face da empresa Delírios Artísticos e Produções Culturais, o Juiz designou audiência trabalhista UNA para sexta-feira às 18h30min, intimando as partes para o comparecimento, sob as penalidades legais cabíveis em caso de ausência. Conforme previsão contida na Consolidação das Leis do Trabalho, o horário para realização do referido ato processual e o tempo máximo de duração será, respectivamente, das
- (A) 8 às 20 horas, com cinco horas seguidas, exceto quando houver matéria urgente.
 - (B) 8 às 18 horas, com cinco horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente.
 - (C) 6 às 18 horas, com três horas seguidas, mesmo quando houver matéria urgente.
 - (D) 9 às 18 horas, com três horas seguidas, independente da urgência da matéria.
 - (E) 11 às 19 horas, com duas horas seguidas, ainda quando houver matéria urgente.
-
52. Afrodite, empregada doméstica, ajuizou ação reclamatória trabalhista em face de sua ex-empregadora Minerva, postulando o pagamento de horas extras, férias e 13º salários não adimplidos. A ação foi julgada procedente em parte, uma vez que foram acolhidos apenas os pedidos de férias e 13º salários, sendo rejeitado o pedido de horas extras. No caso proposto, o valor, bem como a responsabilidade pelo pagamento das custas processuais, será de
- (A) 2% sobre o valor da condenação a cargo da parte vencida, ou seja, da reclamada.
 - (B) 1% sobre o valor de cada pedido acolhido sob a responsabilidade da reclamada e 1% sobre o pedido não acolhido sob a responsabilidade da reclamante.
 - (C) 2% sobre o valor dos pedidos acolhidos, com redução proporcional ao pedido não acolhido, sob a responsabilidade da reclamada.
 - (D) 2% sobre o valor da causa, pagas pela reclamante, porque não houve procedência total dos pedidos requeridos.
 - (E) 1% sobre o valor da causa, a cargo da reclamada, visto que houve procedência apenas parcial.
-
53. Em relação às capacidades de postular e de estar em juízo, conforme normas contidas na Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) nos dissídios individuais os empregados e empregadores somente poderão estar em juízo se estiverem representados por advogado particular ou de entidade sindical.
 - (B) nos dissídios coletivos trabalhistas, as partes representadas pelos entes sindicais, deverão ter a necessária assistência por advogado.
 - (C) a constituição de procurador com poderes para o foro em geral poderá ser efetivada, mediante simples registro em ata de audiência, a requerimento verbal do advogado interessado, com anuência da parte representada.
 - (D) a reclamação trabalhista do menor de 18 anos somente será acolhida se feita por órgão do Ministério Público do Trabalho.
 - (E) os maiores de 18 e menores de 21 anos poderão pleitear perante a Justiça do Trabalho sem a assistência de seus pais ou tutores, desde que assistidos por advogado.
-
54. O reclamante Perseu e seu advogado compareceram na audiência designada em reclamação trabalhista para às 13h00min. Naquele dia, o juiz iniciou a pauta de audiências pontualmente, mas, em razão da complexidade das audiências anteriores, a audiência de Perseu somente foi apregoada às 13h20min. Adentraram à sala de audiência a reclamada e o advogado do reclamante, informando ao Juiz que seu cliente Perseu já tinha ido embora, em razão do atraso no pregão. Nessa situação,
- (A) será decretada a revelia na própria audiência, porque o atraso não foi superior a 30 minutos e o reclamante deveria ter esperado.
 - (B) independente do tempo do atraso não haverá consequência processual ao reclamante porque o seu advogado estava presente e o representará, sendo realizada normalmente a audiência.
 - (C) a audiência não deve ser adiada e o processo será arquivado diante da ausência do reclamante.
 - (D) o juiz deverá designar outra audiência porque seu atraso foi superior a 15 minutos, saindo intimados sobre a data da nova audiência a reclamada e o reclamante, este por seu advogado presente.
 - (E) se o atraso fosse superior a 30 minutos a audiência deveria ser adiada, mas como foi de apenas 20 minutos o processo deverá ser arquivado.
-
55. Hercules ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa Deuses da Paixão S/A, pretendendo o pagamento de indenização por dano moral e adicional de insalubridade. O valor da somatória dos dois pedidos não ultrapassa 40 vezes o salário mínimo na data do ajuizamento. Para tentar provar suas alegações, o reclamante pretende ouvir cinco testemunhas, bem como requerer a prova pericial. Nessa situação, em relação à matéria de provas,
- (A) poderá ouvir somente duas testemunhas e deve ser realizada a prova pericial.
 - (B) poderá ouvir três testemunhas e a prova pericial não pode ser realizada em razão do rito processual.
 - (C) todas as cinco testemunhas podem ser ouvidas e deve ser realizada a prova pericial.
 - (D) somente poderá ouvir duas testemunhas e a prova pericial não pode ser realizada em razão do rito processual.
 - (E) poderá ouvir três testemunhas desde que a reclamada também traga três testemunhas e deve ser realizada a prova pericial.



56. O reclamado Netuno foi condenado a pagar horas extras e indenização por dano moral e material em razão de agressões verbais e físicas a seu empregado, que exercia as funções de motorista particular. Não recorreu da sentença e se iniciou a execução. Nessa hipótese, conforme regras contidas na Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) elaborada a conta e tornada líquida a sentença exequenda, o juiz deverá abrir às partes prazo comum de 5 dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.
 - (B) requerida a execução, o juiz mandará expedir mandado de citação do executado, a fim de que pague o valor da condenação, acrescido de contribuições sociais devidas à União, em 5 dias, ou garanta a execução nesse prazo, sob pena de penhora.
 - (C) garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 15 dias para apresentar embargos, cabendo o prazo de 5 dias ao exequente para impugnação.
 - (D) a matéria de defesa dos embargos à execução será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação, não cabendo, nesta fase, arguição de prescrição da dívida e prova testemunhal.
 - (E) julgada subsistente a penhora, o juiz mandará proceder à avaliação dos bens penhorados e, concluída esta, ocorrerá a arrematação que será que fará em dia, hora e lugar anunciados e os bens serão vendidos pelo maior lance, tendo o exequente a preferência para a adjudicação.
-
57. Em relação ao Processo Judicial Eletrônico, na Justiça do Trabalho – PJe-JT, nos termos da Resolução CSJT nº 136/2014:
- (A) Apenas as partes desassistidas de advogados poderão apresentar peças processuais e documentos em papel, segundo as regras ordinárias, nos locais competentes para recebê-los, que serão digitalizados e inseridos no processo pela Unidade Judiciária.
 - (B) Não caracterizam indisponibilidade as falhas de transmissão de dados entre as estações de trabalho do público externo e a rede de comunicação pública, assim como a impossibilidade técnica que decorra de falhas nos equipamentos ou programas dos usuários.
 - (C) O credenciamento de advogados no sistema dar-se-á pela identificação do usuário por meio de seu certificado digital e remessa do formulário eletrônico disponibilizado no portal de acesso ao PJe-JT, dispensando assim a juntada de mandato.
 - (D) A impossibilidade de utilização de equipamentos disponibilizados pelos Tribunais Regionais do Trabalho para acesso dos usuários externos ao sistema não será considerada como indisponibilidade do sistema PJe-JT.
 - (E) As alterações de dados cadastrais poderão ser feitas pelos próprios usuários, utilizando a funcionalidade específica do PJe-JT para este fim, inclusive quanto as informações cadastrais obtidas de bancos de dados credenciados, como Receita Federal, Justiça Eleitoral e OAB.

Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

58. De acordo com os conceitos previstos no Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/15, é correto afirmar:
- (A) Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental ou sensorial, excluídos os impedimentos de ordem intelectual.
 - (B) Acompanhante é aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal.
 - (C) Tecnologia assistiva ou ajuda técnica são aquelas que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias.
 - (D) Residências inclusivas são moradias com estruturas adequadas capazes de proporcionar serviços de apoio coletivos e individualizados que respeitem e ampliem o grau de autonomia de jovens e adultos com deficiência.
 - (E) Barreiras arquitetônicas são aquelas existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.
-
59. De acordo com a Lei nº 10.098/2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, é correto afirmar:
- (A) Todos os sanitários e lavatórios de uso público existentes ou a construir em parques, jardins e espaços livres públicos, deverão ser acessíveis e atender às especificações das normas técnicas da ABNT.
 - (B) Os centros comerciais e estabelecimentos congêneres devem fornecer carros e cadeiras de rodas, necessariamente motorizados, para o atendimento da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.
 - (C) Não cabe ao Poder Público implementar a formação de profissionais intérpretes em escrita braille, linguagem de sinais e guias-intérpretes para facilitar a comunicação direta à pessoa com deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.
 - (D) Em edifícios públicos, todos os acessos ao interior da edificação devem estar livres de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
 - (E) As regras de acessibilidade se aplicam aos edifícios públicos e de uso coletivo, mas também existem regras impostas aos edifícios de uso privado em que seja obrigatória a instalação de elevadores ou edifícios com mais de um pavimento.
-
60. Carlos Eduardo tem deficiência mental e deseja se deslocar de Aracaju – SE para João Pessoa – PB. De acordo com a Lei nº 8.889/1994, Carlos Eduardo
- (A) não tem assegurado o passe livre previsto pela lei mencionada, pois este se limita à pessoa com deficiência física.
 - (B) tem assegurado o passe livre no sistema de transporte coletivo interestadual, independente de comprovação de sua carência.
 - (C) tem assegurado o passe livre no sistema de transporte coletivo interestadual, desde que comprove a sua carência.
 - (D) não tem assegurado o passe livre previsto pela lei mencionada, pois este se limita ao sistema de transporte coletivo intermunicipal.
 - (E) tem assegurado o passe livre no sistema de transporte individual privado ou coletivo interestadual, desde que comprove a sua carência.



DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, capítulo 10: 10.3 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral. 10.5 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos nos quesitos 10.3.1 – Conteúdo, 10.3.2 – Estrutura e 10.3.3 – Expressão. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; g) estiver em branco; h) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 10.7 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.8 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta).

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

Segundo uma revista internacional, vários cientistas dedicam-se, atualmente, à missão de prolongar ao máximo a vida humana (até 120 anos no mínimo). Investigam se a imortalidade não estaria de fato ao alcance do homem.

A revista concede o benefício da dúvida a todas as utopias da ciência, mas alerta para diversos problemas, como os demográficos, econômicos e de ordem social.

(Adaptado de: joaopereiracoutinho. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas>)

Desenvolva um texto dissertativo-argumentativo a respeito das questões levantadas no texto acima.

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30